



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , 2019 **(Do Sr. José Nelto)**

Requer o convite do Presidente da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a política e a estrutura de preço do petróleo e de seus derivados, sobretudo do óleo diesel.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e no art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que, ouvido o Plenário da Comissão de Minas e Energia, convide-se o Presidente da Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), Sr. Roberto Castello Branco, para prestar esclarecimentos sobre a política e a estrutura de preço do petróleo e de seus derivados, sobretudo do óleo diesel.

JUSTIFICATIVA

O campo temático da Comissão de Minas e Energia, nos termos do Regimento Interno, art. 32, inciso XIV, alínea “f”, inclui a “política e estrutura de preços de recursos energéticos”. Esse tema apresenta importância estratégica para o Brasil, porquanto o preço dos recursos energéticos determina os custos de produção e o ritmo do desenvolvimento econômico no país. A fixação dos preços do petróleo apresenta relevância ainda maior, haja vista que o transporte de cargas em motores a diesel por vias rodoviárias caracteriza o atual modelo energético brasileiro.

Em contraste com a importância estratégica do petróleo e de seus derivados, falta transparência na fixação dos preços desses combustíveis. O Governo Federal segue titubeante quanto à política de preços no país. O presidente Jair Bolsonaro assumiu que telefonou para o Presidente da Petrobras, conseguindo adiar o aumento no preço do diesel. A intervenção



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do governo na Petrobras visaria ao atendimento dos caminhoneiros, que demandavam a contenção no preço do diesel a despeito do encarecimento do barril de petróleo no mercado internacional. Dias depois, na esteira das críticas ao citado telefonema, o Governo recuou e começou a adotar o discurso da livre fixação do preço pela Petrobras.

O adiamento da elevação no valor do diesel contraria a política de preços adotada pela Petrobras, que consiste em ajustes quinzenais no valor do combustível em conformidade com a cotação internacional do barril de petróleo e com a taxa de câmbio. A interferência do Governo colocou em xeque a autonomia da Petrobras para definir sua política de preços, redundando em queda superior a R\$ 28 bilhões no valor de mercado da empresa.

Esse episódio suscitou um *déjà vu* nos agentes econômicos. Na esteira da controvérsia gerada pela intervenção do presidente Bolsonaro na Petrobras, o próprio Ministro da Economia, Paulo Guedes, reconheceu que no passado houve períodos em que a empresa cobrava valores muito acima ou muito abaixo daqueles praticados no mercado internacional. Essas disparidades mostraram-se notórias no governo de Dilma Rousseff, acusado de fazer ingerências nos preços praticados pela Petrobras.

A fim de dirimir dúvidas quanto à política e à estrutura dos preços adotadas pelo Petrobras, bem como exigir transparência na relação entre o Governo e nossa principal empresa estatal, roga-se o apoio dos nobres Membros da Comissão de Minas e Energia na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado Federal JOSÉ NELTO
PODE/GO